



Handwritten signatures in blue ink, including 'Noé', 'Jorge', and others.

ATA N.º 94

26-05-2021

Aos vinte e seis dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara João Manuel Casaca Português, realizou-se a nonagésima terceira reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Luís José de Brito Camacho Barriga, Francisco Xavier Candeias Fitas, Maria Jacinta Cardoso Grilo e Noémia Ermelinda Rocha Fragoso Ramos. -----

Participou também nos trabalhos o Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, em regime de substituição, Vitor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação. -----

Esteve também presente o Coordenador Técnico José Francisco Ribeiro Roque, trabalhador designado para secretariar as reuniões do Órgão Executivo Colegial.-----

A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois dos membros da Câmara em cima enunciados terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico). - -----

Foi entregue aos vereadores, para conhecimento, uma informação da Subunidade de Recursos Humanos, que constitui uma adenda à informação n.º 14/2021, de 6 de maio, corrente, relativamente aos custos associados à proposta de abertura de vários

procedimentos concursais para constituição Jurídica de Emprego Público, por tempo indeterminado. -----

BALANCETE DE TESOUREARIA REFERENTE AO DIA 25 MAIO DE 2021: € 672 301,70.

ORDEM DO DIA: -----

1. APOIOS SOCIAIS – INSCRIÇÃO EXTEMPORÂNEA DAS MUNÍCIPES, MARIA RAMONA NEGREA , MARISA LETRAS ASSUNÇÃO E MARIA VITÓRIA PRATAS. -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 44/2021, do SASS, cujo teor se transcreve: –
"O SASS rececionou as candidaturas extemporâneas para apoios sociais da Sr.ª Maria Ramona Negrea, da Sr.ª Marisa Letras Assunção e da Sr.ª Maria Vitória Pratas. -----

De acordo com o nº2, do Artº.4, do Regulamento para Apoios Sociais em vigor na autarquia, "em casos excepcionais e devidamente justificados pode a câmara autorizar a apresentação de candidatura para além do prazo referido." -----

Assim, procedeu-se à análise destas candidaturas, cujos agregados familiares são monoparentais, que residem em habitação arrendada, cujo valor da renda é elevado, facto de acaba por dificultar a gestão do orçamento familiar. -----

Assim passo a designar: -----

- o agregado familiar da Sr.ª Maria Negrea é constituído pela própria, de 34 anos, empregada de balcão, e pela sua filha de 8 anos, estudante; -----
- o agregado familiar da Sr.ª Marisa Assunção, é constituído pela própria de 21 anos, desempregada, atualmente sem auferir qualquer tipo de subsídios/rendimentos, e pela sua filha de 7 meses; -----
- o agregado familiar da Sr.ª Maria Vitória Pratas é constituído pela própria de 38 anos, assistente técnica e pela sua filha de 3 anos. -----

Nas candidaturas para apoios sociais, as munícipes requereram entrada gratuita em atividades desportivas e eventos culturais e recreativos promovidos pela C.M.C, redução de 50% no pagamento das tarifas do consumo de água e apoio ao arrendamento. -----

Para efeitos de análise do processo aplicou-se o regulamentado no nº 3 do art. 3º do Regulamento para Apoios Sociais, em vigor na autarquia, aprovado em reunião de câmara de 14 de abril de 2021, que alterou o valor base de referência de carência

económica para o correspondente ao indexante de apoios sociais (IAS), conforme quadro anexo. -----

Mais informo que, os valores de referência das despesas mensais com a habitação por número de elementos presentes, foram calculados com base na taxa de inflação do ano de 2020, isto é, 0,0%. -----

Em conformidade com o artº 33, nº1 alínea v) da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, na sua redação atual, articulada com o Regulamento Municipal, justifica-se a atribuição dos apoios à munícipe, que reúne as condições previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1, do artigo 3.º do Regulamento para Atribuição de Apoios Sociais em vigor nesta Autarquia. A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1 - Aprovar a proposta de atribuição de apoios sociais à Munícipe Maria Ramona Negrea, à Munícipe Marisa Letras Assunção e à Munícipe Maria Vitória Pratas, que constam do mapa anexo; -----

2 – Determinar a retroatividade a 01/01/2021, para o apoio ao arrendamento, a quem se encontrar nessa situação. -----

3 – Determinar a aplicação da deliberação aprovada na reunião de câmara de 10 de fevereiro de 2021, que aprovou o aumento do apoio ao arrendamento em mais 50%, no âmbito da pandemia Covid-19; -----

4 - Atribuição do valor mensal de 75,00€ para apoio ao arrendamento (apoio mensal: 50,00€ + apoio extraordinário: 25,00€, num Total anual: 900,00€ (valor com retroatividade a 01/01/2021)), para cada agregado familiar. -----

2. PROPOSTA DE ABERTURA DE CONCURSO EXTERNO DE INGRESSO NA CARREIRA FISCAL MUNICIPAL – CARREIRA NÃO REVISTA. -----

Na sequência da necessidade que se tem vindo a sentir na área de fiscalização municipal, foi solicitado pelo Sr. Presidente que se proceda à abertura de concurso externo de ingresso de 1 fiscal municipal, cumpre a esta subunidade de recursos humanos informar sobre os trâmites a adotar, e os formalismos que se encontram subjacentes ao recrutamento de 1 fiscal municipal, carreira que não foi revista aquando a reestruturação de carreiras que ocorreu em 2009. -----

Legislação aplicável ao recrutamento de um fiscal municipal: -----

O recrutamento de fiscal municipal é efetuado, por aplicação do disposto no art. 4º, do Decreto-Lei n.º 114/2019, de 20 de agosto, a tramitação processual prevista no artigo 37º, da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, regulamentada pela Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, alterada e republicada pela Portaria N.º 12-A/2021, DE 11 de janeiro; -----
Acrescenta-se ainda, o ofício circular da ANMP n.º 92/2014-PB de 24/07/2014, em que as Autarquias Locais não têm de consultar a Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA). -----

- Não se encontra constituída reserva de recrutamento para a carreira e categoria definida; -----

Nestes termos conclui-se, -----

. As autarquias não têm de consultar a Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação previsto no art. 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro e regulamentado pela Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, conforme consta no ofício circular da ANMP n.º 92/2014-PB de 24/07/2014; -----

. Atendendo que no mapa de pessoal aprovado para o ano 2021, prevê um lugar de fiscal municipal que se encontra vago, na Unidade de Ambiente Ordenamento e Urbanismo; -----

. A rubrica orçamental 07/01010404 – Recrutamento de pessoal novos posto de trabalho encontra-se devidamente dotada conforme ficha de cabimento em anexo; -----

. Atendendo que se encontram reunidos os pressupostos necessários ao recrutamento, no âmbito da Lei Geral do trabalho em Funções Públicas. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de abertura de procedimento concursal, para recrutamento de um fiscal municipal para integrar o Mapa de pessoal do Município na Unidade de Ambiente, Ordenamento e Urbanismo, por tempo indeterminado. -----

3. PLANO DE PORMENOR CUBA NORTE, INSTRUMENTO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO COM EFEITOS REGISTAIS; EMISSÃO DE CERTIDÃO POR PARTE DA CÂMARA MUNICIPAL PARA QUE POSSAM SER REGISTADOS OS LOTES NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL. -----

Através da Informação n.º 19/2021 da minha autoria, apresentada na RC de 31 de março, para a qual se remete, foi contextualizada a metodologia de aprovação do Plano de Pormenor Cuba Norte, primeiro pela Câmara e depois pela Assembleia Municipal.

À data foi escrito o seguinte, que agora aqui relembro: -----

Registrar e disso dar conhecimento à Assembleia Municipal que o Plano de Pormenor em questão terá efeitos registais, conforme consignado no art.º 108.º do RJGT, onde o legislador determinou: -----

Artigo 108.º

Efeitos registais

1 - A certidão do plano de pormenor que contenha as menções constantes das alíneas a) a d), g) a i) do n.º 1 do artigo 102.º, e que seja acompanhada das peças escritas e desenhadas enunciadas no n.º 3 do artigo anterior, constitui título bastante para a individualização no registo predial dos prédios resultantes das operações de transformação fundiária previstas no plano. -----

Vejamos então o que diz o supracitado art.º 102.º do RJGT, com especial ênfase para as alíneas a) a d) e g) a i) do n.º 1: -----

Artigo 102.º

Conteúdo material

1 - O plano de pormenor adota o conteúdo material apropriado às condições da área territorial a que respeita, aos objetivos e aos fundamentos técnicos previstos nos termos de referência e na deliberação municipal que determinou a sua elaboração, estabelecendo, nomeadamente:

a) A definição e a caracterização da área de intervenção, identificando e delimitando os valores culturais e a informação arqueológica contida no solo e no subsolo, os valores paisagísticos e naturais

a proteger, bem como todas as infraestruturas relevantes para o seu desenvolvimento;

b) As operações de transformação fundiária preconizadas e a definição das regras relativas às obras de urbanização;

c) O desenho urbano, exprimindo a definição dos espaços públicos, incluindo os espaços de circulação viária e pedonal e de estacionamento, bem como o respetivo tratamento, a localização de equipamentos e zonas verdes, os alinhamentos, as implantações, a modelação do terreno e a distribuição volumétrica;

d) A distribuição de funções, conjugações de utilizações de áreas de construção e a definição de parâmetros urbanísticos, designadamente, densidade máxima de fogos, número de pisos e altura total das edificações ou altura das fachadas;

e) As operações de demolição, conservação e reabilitação das construções existentes;

f) As regras para a ocupação e para a gestão dos espaços públicos;

g) A implantação das redes de infraestruturas, com delimitação objetiva das áreas que lhe são afetas;

h) Regulamentação da edificação, incluindo os critérios de inserção urbanística e o dimensionamento dos equipamentos de utilização coletiva, bem como a respetiva localização no caso dos equipamentos públicos;

i) A identificação dos sistemas de execução do plano, do respetivo prazo e da programação dos investimentos públicos associados, bem como a sua articulação com os investimentos privados;

j) A estruturação das ações de compensação e de redistribuição de benefícios e encargos.

2 - O plano de pormenor relativo a área não abrangida por plano de urbanização, incluindo as intervenções em solo rústico, procede à prévia explicitação do zonamento, dos fundamentos e dos efeitos da alteração do zonamento, com base na disciplina consagrada no plano diretor municipal ou plano diretor intermunicipal.

Assim sendo, uma vez aprovado o Plano na sessão ordinária de abril da Assembleia Municipal de Cuba, e quando se está a concluir a submissão do mesmo na plataforma eletrónica SSAIGT, deverá a Câmara proceder à aprovação da minuta da certidão a que fazem referência os artigos 108.º e alíneas a) a d), g) a i) do n.º 1 do art.º 102.º, ambos do RJIGT, e cuja documento aqui é apresentado como anexo. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1.º - Para os efeitos previstos nos artigos 108.º e alíneas a) a d), g) a i) do n.º 1 do art.º 102.º, ambos do RJIGT, aprovar a minuta de certidão do Plano de Pormenor Cuba Norte que será integralmente reproduzida na ata da Reunião de Câmara, mandatando o seu Presidente para proceder à emissão da mesma; -----

2.º - Entregar um exemplar da certidão a cada um dos titulares dos prédios abrangidos pelo PP Cuba Norte, para, querendo procederem ao registo dos lotes nos moldes previstos no n.º 2 do art.º 108.º do RJIGT. -----

Certidão

Plano de Pormenor Com Efeitos Registais

João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara Municipal de Cuba, faz saber nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos nº107º e 108º do Regime de Desenvolvimento da Lei de Bases da Política Pública de Solos de Ordenamento do Território e de Urbanismo, desenvolvido pelo Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, na sua atual redação, a Câmara Municipal supra emitiu em 21 de maio de 2021 a Certidão do Plano de Pormenor de Cuba Norte, através da qual é adotado o conteúdo material apropriado previsto nos termos de referência e na deliberação municipal que determinou a elaboração do Plano de Pormenor dos prédios sitos em Pigarça, na freguesia de Cuba. -----

A área está abrangida pelo Plano de Urbanização de Cuba, concretizado através de aviso nº24076/2007, publicado na 2ª Série do Diário da Republica. Nº236 de 7 de dezembro de 2007, objeto de 1ª alteração publicada através de aviso nº 2970/2013 publicado em Diário da Republica, 2ª Série, nº42 de 28 de janeiro de 2013. -----

Esta operação é constituída por quatro prédios rústicos, sitos em Pigarça, na freguesia de Cuba, com uma área total de, aproximadamente 35 000 m², a seguir identificados:

- a) Prédio Rústico, identificado como K_53, com área total de 36 500 m², descrito na Conservatória do registo Predial de Cuba, sob o nº 2069/19970912, e inscrito na matriz predial urbana sob o nº 53 ARV, da freguesia de Cuba, do qual 21198 m² integram a área abrangida pelo Plano de Pormenor. -----
- b) Prédio Rústico, identificado como K_54, com área total de 12 375 m², omissa na Conservatória do registo Predial, mas inscrito na matriz predial urbana sob o nº 54 ARV, da freguesia de Cuba, do qual 7 876 m² integram a área abrangida pelo Plano de Pormenor. -----
- c) Prédio Rústico, identificado como K_55, com área total de 9 500 m², descrito na Conservatória do registo Predial de Cuba sob o nº 2425/20001218, e inscrito na matriz predial urbana sob o nº 55 ARV, da freguesia de Cuba, do qual 5 238 m² integram a área abrangida pelo Plano de Pormenor. -----
- d) Prédio Rústico, identificado como K_372, com área total inicial de 8,47500 m², que entretanto foi ao longo dos anos fracionada para dar origem ao Centro de Saúde, ao Rossio de São Brás, ao Jardim 25 de Abril e ao Campo de Jogos Dr.º Augusto Amado Aguilar, tendo o remanescente da área sido afeta a arruamentos, passeios e afins no âmbito do Domínio Público, e como tal omissa na Conservatória do registo Predial, mas inscrito na matriz predial urbana sob o nº 372, da freguesia de Cuba, do qual 424 m² integram a área abrangida pelo Plano de Pormenor. -----

Esta operação incide ainda na constituição de oito lotes ou parcelas, sitas em Pigarça, na freguesia de Cuba, a seguir identificadas: -----

1. A parcela EQ1, com uma área de 3 179 m², provenientes do prédio rústico K_53 (CRP, prédio rústico nº 2069/19970912), á qual é atribuído o Lote EQ1 destinado a equipamento que é cedido para o domínio privado do Município. A referida parcela tem as seguintes confrontações: a norte, o lote L4, a nascente e poente, arruamento, a sul, o lote L1. -----
2. A parcela L1, com uma área de 6 800 m², dos quais 3 628 m² são provenientes do artigo rústico K_53 (CRP, prédio rústico nº 2069/19970912), 1 918 m² são provenientes do artigo rústico K_55 (CRP, prédio rústico nº 2425/20001218), 238 m² são provenientes do artigo rústico K_372, 626 m² são provenientes de caminho e 390 m² são provenientes de outros, á qual é atribuído o Lote L1. A referida parcela tem as seguintes confrontações: a norte, o lote EQ1, a nascente, sul e poente, arruamento. -----
3. A parcela L2, com uma área de 1 117 m², dos quais 1 003 m² são provenientes do artigo rústico K_55 (CRP, prédio rústico nº 2425/20001218) e 114 são provenientes de caminho, á qual é atribuído o Lote L2. A referida parcela tem as seguintes confrontações: a norte, espaço verde público, a nascente e sul,

- arruamento, a poente prédio rústico identificado como K_56, descrito na Conservatória do registo Predial de Cuba sob o nº 446/19870313, e inscrito na matriz predial urbana sob o XXXXXXX, da freguesia de Cuba. -----
4. A parcela L3, com uma área de 1 282 m², provenientes do prédio rústico K_54, á qual é atribuído o Lote L3. A referida parcela tem as seguintes confrontações: a norte, sul e poente, espaço verde público, a nascente, arruamento. -----
5. A parcela L4, com uma área de 1 561 m², provenientes do prédio rústico K_53 (CRP, prédio rústico nº 2069/19970912), á qual é atribuído o Lote L4. A referida parcela tem as seguintes confrontações: a norte, o lote L4, a nascente e poente, arruamento, a sul, o lote EQ1. -----
6. A parcela L5, com uma área de 1 302 m², provenientes do prédio rústico K_53 (CRP, prédio rústico nº 2069/19970912), á qual é atribuído o Lote L5. A referida parcela tem as seguintes confrontações: a norte, o lote L6, a nascente e poente, arruamento, a sul, o lote L4. -----
7. A parcela L6, com uma área de 1 302 m², provenientes do prédio rústico K_53 (CRP, prédio rústico nº 2069/19970912), á qual é atribuído o Lote L6. A referida parcela tem as seguintes confrontações: a norte, o lote L7, a nascente e poente, arruamento, a sul, o lote L5. -----
8. A parcela L7, com uma área de 1 899 m², provenientes do prédio rústico K_53 (CRP, prédio rústico nº 2069/19970912), á qual é atribuído o Lote L7. A referida parcela tem as seguintes confrontações: a norte, restante área do prédio rústico identificado como K_53, nº descrito na Conservatória do registo Predial de Cuba sob o nº 2069/19970912, e inscrito na matriz predial urbana sob o nº 53 ARV da freguesia de Cuba, a nascente e poente, arruamento, a sul, lote L6. -----

A emissão da presente Certidão do Plano de Pormenor foi precedida do cumprimento do disposto no artigo 108º do Decreto-Lei nº 80/2015 de 14 de maio, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

O Plano de Pormenor foi aprovado, respetivamente, pela deliberação da Assembleia Municipal de Cuba realizada no dia 29 de abril de 2021, e com a publicação do Aviso nº XXXX, na 2ª Série do Diário da República nº XX de XX de XXX de 2021.

Para efeitos de cumprimento do disposto nº 1 do artigo 108.º do RJIGT, integram a presente certidão os seguintes elementos:

- Planta de Implantação do Plano de Pormenor, á escala 1:2000, incluindo o quadro dos parâmetros urbanísticos correspondentes ao Plano de Pormenor em causa;
- Planta Cadastral, á escala 1:2000, incluindo quadro com a identificação dos prédios;
- Planta da Operação de Transformação Fundiária, á escala 1:2000, com identificação dos novos prédios e dos bens de domínio público, incluindo quadro de transformação fundiária;

- Planta de Cedências para o domínio público municipal, á escala 1:2000.
Cuba, 26 de maio de 2021

O Presidente da Câmara Municipal
(João Manuel Casaca Português)

4. ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DA FASE 2 DO PROJETO DE REABILITAÇÃO DA RUA SERPA PINTO, LARGO COLON E ZONAS ADJACENTES; NECESSIDADE DE REALOJAMENTO DE ESPAÇO AFETO A ATIVIDADES ECONÓMICAS DA HERANÇA COM O NIF xxxxxxxxx, CUJO CABEÇA DE CASAL É A SR.ª RITA DE JESUS COSTA CARDEIRA PÓLVORA; APRECIACÃO E APROVAÇÃO POR PARTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA UTILIZAÇÃO DO MECANISMO JURÍDICO DA PERMUTA QUE PERMITIRÁ VIABILIZAR A PRETENSÃO ENUNCIADA EM 1.1.

Foi presente à Câmara a informação n.º 35/2021, do Chefe da UAJDCS, enquadrando o assunto em título, cujo teor se transcreve: -----

Como é consabido, após termos fortes expetativas da aprovação do projeto PARU aplicável, iniciamos formalmente as diligências visando a aquisição dos prédios para estarmos na posse e propriedade de todos os terrenos que integram as fases 1 e 2 do projeto de Reabilitação da Rua Serpa Pinto, Largo Colon e zonas adjacentes, no princípio de 2016, logo há mais de 5 anos – vide doc. n.º 1 -----

Cada processo teve a sua vicissitude, nenhum deles foi fácil de resolver, antes pelo contrário, mas sobre isso, e sobre cada qual, foi efetuado o respetivo reporte aquando da proposta de aquisição apresentada em Reunião de Câmara. -----

Agora é facto que existem dois processos com características muito próprias, que obrigam a um tratamento diferenciado. -----

Por um lado a família do Sr. Ivo Costa que reside no imóvel, ao contrário de todos os outros procedimentos, situação que terá que ser resolvida um dia que não agora, em sede da execução do projeto nos moldes que foi posto a concurso. -----

Por outro lado, os herdeiros do Sr. Manuel Pólvora, que utilizam os dois casões adiante melhor identificados como suporte às suas atividades económicas, designadamente a Agência Funerária e a Loja de produtos variados que detêm na Rua Álvaro de Castelões. -----

É pois sobre este procedimento que versa a presente informação, uma vez que tais

casões estão integrados na área de implantação da Fase 2 do Projeto de Reabilitação da Rua Serpa Pinto, Largo Colon e Zonas Adjacentes. Vide doc. n.º 2 -----

Desde o primeiro momento que a família Pólvora afirmou que não iria colocar obstáculos à implantação do projeto tal como lhe foi apresentado, mas não tinha qualquer interesse na venda dos casões e não o iria fazer porque eram essenciais à logística das suas duas atividades comerciais, a agência funerária e a loja de venda de produtos para o Lar. -----

Estava pois disponível para validar um realojamento desde que o espaço para onde ocorresse esse realojamento não tivesse em termos de área útil dimensão inferior aos espaços dos quais teriam que abdicar e desde que isso não implicasse o pagamento de quaisquer mais-valias, acrescentado ainda que os encargos com tal negócio jurídico deveriam decorrer por conta da autarquia (contratos, registos, etc.), e esse espaço não deveria ser de tal forma periférico se inviabilizasse o acesso rápido ao mesmo para armazenamento e recolha dos produtos a comercializar na loja. -----

Definidos os requisitos para a realização do negócio começou a estrutura da autarquia à procura desse espaço que legitimasse a permuta. Foram observados vários locais, de uns não foi possível obter acordo com o proprietário, de outros não obtivemos o aval da família Pólvora. -----

Dedicados dois ou três anos a esta procura, foi então que se encontrou o casão, hoje propriedade da autarquia, que antes havia pertencido ao Sr. Eduardo Candeias. A família Pólvora após visitar o espaço, e depois de alguma persuasão da estrutura camarária, acabou por anuir ao realojamento para aquele espaço, desde que fossem efetuadas as reparações necessárias no mesmo, que à data se encontrava em estado de avançada degradação. Essas obras de manutenção foram efetuadas por Administração Direta por parte dos trabalhadores da autarquia e estamos agora em condições de formalizar a permuta. -----

Importa pois registar sobre os prédios a permutar o seguinte: -----

1.º - Quanto aos dois casões da Herança de Manuel Pólvora, cuja Cabeça de Casal é a Sr.ª Rita Pólvora: -----

1.1.º - Estão inscritos na matriz predial sob o art.º 1178 (com 66 m2) e art.º 2943 (61 m2) – logo em conjunto perfazem uma área global de 127 m2 . Vide doc. n.º 3 -----

1.2.º - A esses dois casões, um perito acreditado – o Dr. Jacinto de Matos – em 19 de

março de 2019 mediante avaliação técnica realizada para o efeito, atribuiu-lhe o valor de 11.937,00 e 11.033€ respetivamente, logo num total global de 22.970€; Vide doc. n.º 4 -----

1.3 – Em função da documentação da habilitação de herdeiros em anexo, esses bens pertencem à Herança Indivisa cuja Cabeça de Casal é a Sr.ª Rita Pólvora com legitimidade para onerar os prédios em questão, sem prejuízo da participação dos demais herdeiros na outorga do contrato; Vide doc. n.º 5 -----

1.4 .º - Uma vez concretizada a permuta os prédios agora adquiridos pela autarquia serão integrados no domínio público municipal, logo dispensados de registo na Conservatória Predial, visto irem ser afetos a arruamentos, passeios e estacionamento. Sobre esta matéria vide o art.º 84.º da Constituição da República Portuguesa, o Dec. Lei n.º 280/2007, de 07 de agosto, na sua redação atual e ainda o Dec. Lei n.º 477/80, de 15 de outubro na sua redação atual. -----

2.º - Quanto ao casão onde a Câmara irá realojar o apoio comercial às atividades da família Pólvora, importa relembrar o seguinte: -----

2.1.º - Por deliberação datada de 06 de janeiro de 2021, a Câmara procedeu a aquisição do Casão sito na Estrada da Circunvalação n.º 43, cuja propriedade era de Eduardo Candeias. 2.2.º - Esse casão tem uma área de 122,60 m2 e foi avaliado por perito acreditado – Eng. Francisco Gomes, em 21 de outubro de 2020, por 23.000€. Vide doc. n.º 6. -----

2.3.º - É facto que foram efetuadas obras de conservação e manutenção do espaço, realizadas por Administração Direta, que acrescentaram valor ao prédio; -----

2.4.º - Agora essas obras eram *condition sine qua non* para o realojamento e tratando-se de bens do domínio privado estão sujeitos ao comércio jurídico, onde é relevante a vontade, o interesse e a necessidade de quem quer adquirir e a disponibilidade de quem vai alienar; -----

2.5.º - Foi requisito exigido pela família Pólvora que não existisse lugar ao pagamento de mais-valias para nenhuma das partes. Não foi, nem agora, nem no passado, equacionado fazer uso do mecanismo jurídico da Expropriação, pelo que caberá à Câmara aferir se está disponível para realizar a permuta mediante troca direta, sem acréscimos para nenhuma das partes, conscientes que a autarquia precisa do espaço para desenvolver a empreitada nos moldes em que ela foi lançada e em sintonia com o

contrato de empreitada outorgado; -----

2.6.º - A optar-se por deliberação favorável, à cautela e sem prescindir, recomenda-se a introdução de uma cláusula no contrato de permuta, em que numa futura e eventual alienação do prédio que a autarquia agora cede à família Pólvora, assiste à primeira o direito de preferência *ad eternum* mediante o valor constante da avaliação inserta no doc. n.º 4, que resultou no valor atribuído aos casões que a Câmara agora pretende adquirir ou seja, 22.970€. Esse valor será atualizado em função da taxa de inflação que se verificar entre o ano de 2019, o da avaliação, e o ano em que se pretender a alienação. -----

2.6.1.º - Se a Câmara optar por não exercer o direito de preferência poderão os futuros proprietários alienar o prédio a terceiros pelo valor que bem lhes aprouver. -----

Aqui chegados, ponderados as diversas vicissitudes do procedimento, nomeadamente, o interesse da autarquia nos prédios em questão, e as condições exigidas pelos potenciais alienantes, somos a propor o seguinte: -----

a) - Que a Câmara no âmbito das suas competências previstas na alínea g) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprove a permuta do prédio Urbano inscrito com o art.º 2052, com uma área de 122,60 m2, pelos prédios Urbanos com os artigos matriciais n.ºs 1178 e 2943, com uma área global de 127 m2, todos na freguesia de Cuba; -----

b) - Condicionar essa permuta à introdução de uma cláusula no contrato, em que numa futura e eventual alienação do prédio que a autarquia agora cede à família Pólvora, assiste à primeira o direito de preferência *ad eternum* mediante o valor constante da avaliação inserta no doc. n.º 4, que resultou no valor atribuído aos casões que a Câmara agora pretende adquirir ou seja, 22.970€. -----

b.1) - Esse valor será atualizado em função da taxa de inflação que se verificar entre o ano de 2019, o da avaliação, e o ano em que se pretender a alienação; -----

b.2) - Se a Câmara optar por não exercer o direito de preferência poderão os futuros proprietários alienar o prédio a terceiros pelo valor que bem lhes aprouver; -----
doação ao município por parte do Sr. Eduardo Candeias de 7.952m2 do citado prédio rústico, correspondente à área inserta dentro do Plano de Urbanização da Vila de Cuba, transferido para a autarquia o ónus de infraestruturar a mesma em sintonia com o IGT em cima invocado; -----

- c) - Que a área a adquirir ao Município de Cuba (127 m2) seja integrada no domínio público municipal não sujeita a registo predial; -----
- d) – Registrar que não haverá lugar a mais-valias para nenhuma das partes; -----
- e) - Que o presente negócio jurídico seja celebrado mediante contrato de permuta, através de documento particular, legitimando o seu presidente à outorga do mesmo; --
- f) - Que o Município de Cuba diligenciará e custeará os encargos, para que seja efetuado o averbamento do prédio inscrito na matriz sob o art.º 2052 na Conservatória do Registo Predial a favor dos Herdeiros de Manuel Pólvora. -----
- A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta contida nas alíneas de a) a f) da presente informação. -----
-

5. MARIA JÚLIA MALTEZ LANÇA A. DAROEIRA. PEDIDO DE CERTIDÃO DE ESTADO DE RUÍNA. TRAVESSA DE SÃO PEDRO, N.º 3, EM CUBA. -----

Vem o requerente na qualidade de proprietário, solicitar a emissão de certidão que ateste o estado de ruína do prédio acima identificado, tendo em vista a isenção de licença de utilização. -----

Nos termos do disposto na alínea r) do artigo 2.º do diploma mencionado, que regula o regime de desempenho energético dos edifícios através do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE), é preceituado que se considera “edifício em ruínas” o *edifício existente com tal degradação da sua envolvente que, para efeitos do presente diploma, fica prejudicada, total ou parcialmente, a sua utilização para o fim a que se destina, tal como comprovado por declaração da câmara municipal respetiva ou pelo perito qualificado, cumprindo a este proceder ao respetivo registo no SCE* -----

Na presente situação não existindo declaração do perito qualificado no âmbito do SCE, verifica-se após visita ao local, que o prédio, se encontra em estado parcial de ruína, com sinais evidentes de derrocada de paredes interiores e de quase toda a cobertura e ainda com degradação acentuada das alvenarias exteriores em taipa. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que face à urgência invocada pela requerente deferiu o pedido. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: “Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por

motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

6. MANUEL DOS REIS RAMOS. PEDIDO DE CERTIDÃO DE ESTADO DE RUÍNA. RUA DO CARMO, 58, EM CUBA. -----

Vem o requerente na qualidade de proprietário, solicitar a emissão de certidão que ateste o estado de ruína do prédio acima identificado, tendo em vista a isenção de licença de utilização. -----

Nos termos do disposto na alínea r) do artigo 2.º do diploma mencionado, que regula o regime de desempenho energético dos edifícios através do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE), é preceituado que se considera “edifício em ruínas” o *edifício existente com tal degradação da sua envolvente que, para efeitos do presente diploma, fica prejudicada, total ou parcialmente, a sua utilização para o fim a que se destina, tal como comprovado por declaração da câmara municipal respetiva ou pelo perito qualificado, cumprindo a este proceder ao respetivo registo no SCE. -----*

Na presente situação não existindo declaração do perito qualificado no âmbito do SCE, verifica-se após visita ao local, que o prédio, se encontra em estado parcial de ruína, com sinais evidentes de mau estado estado de conservação de paredes interiores e da estrutura em área posterior do prédio. Apesar de obras pontuais de conservação que se encontram inacabadas, a habitação também não possui cozinha nem instalação sanitária. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou certificar nos termos contidos na informação do Serviço de Urbanismo. -----

7. PROJETO DE INOVAÇÃO SOCIAL “10 MIL VIDAS”. PRORROGAÇÃO DO PROTOCOLO DE PARCERIA COM A ANCS – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CUIDADOS DE SAÚDE E O MUNICIPIO DE CUBA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 45/2021, do SASS, cujo conteúdo se transcreve:
“Na reunião de Câmara de 23 de maio de 2018, a Câmara deliberou ao abrigo do art.º
33 n.º 3 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a aprovação do
Projeto de inovação Social “ 10 mil vidas”. -----

Este Projeto é um serviço telefónico de apoio que visa melhorar a qualidade de vida e
segurança dos seus utentes, o mesmo, abrange um conjunto de serviços de resposta
que é suportado por equipamentos disponibilizados ao Utente de forma assegurar
auxílio sempre que necessário. -----

Desta forma o Município de Cuba, enquanto entidade tem como preocupação a
melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes, procurando manter os serviços de
apoio à população mais idoso, para tal o Projeto 10 mil vidas faculta um serviço de
assistência 24h/24h, gerido online, que permite um acompanhamento personalizado
de cada idoso por parte da família e dos técnicos especializados. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a prorrogação do Protocolo de parceria
entre o Município de Cuba e a ANCS- Associação Nacional de Cuidado e Saúde, que
adiante se transcreve, com início de 01 de junho de 2021 e término a 30 de maio de
2022, tendo um custo global de 9372,60€, sendo liquidado, em dois semestres o valor
de 4686,30€ por semestre. -----

**PROTOCOLO DE PARCERIA entre a ANCS – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CUIDADO E
SAÚDE e o MUNICÍPIO DE CUBA**

Entre:

Município de Cuba pessoa coletiva nº 500832935, com sede na Rua Serpa Pinto, 84,
7940-172 Cuba, representado pelo Presidente da Câmara, João Manuel Casaca
Português, com os necessários poderes para o ato, adiante designada como Município;

e

ANCS - Associação Nacional de Cuidado e Saúde, pessoa coletiva nº 513367667, com
sede em Lugar da Cerdeira, Cerdeira, 3200-509 Lousã, freguesia de Lousã e Vilarinho,
concelho de Lousã, distrito de Coimbra, representada neste ato pela sua Presidente,
Fernanda Carneiro, e pelo seu Tesoureiro, Bruno Reis, com os necessários poderes para
o ato, adiante designada como ANCS;

Considerando que:

- a) Desde 2019, encontra-se em vigor a Prestação de Serviço de Teleassistência do Município de Cuba, através do Projeto 10 Mil Vidas.
- b) O Projeto 10 Mil Vidas - Serviço de Teleassistência permite minimizar a situação de isolamento social dos seus utilizadores, sendo determinante na permanência em segurança, de pessoas idosas e indivíduos em situação de dependência e/ou isolamento, no seu domicílio, evitando ou retardando a necessidade de recurso à institucionalização.
- c) Este projeto proporciona uma resposta imediata em situações de emergência, constituindo-se como complemento no apoio a todos/as aqueles/as que se encontrem em situação de vulnerabilidade ou dependência.
- d) O projeto 10 Mil Vidas integra um serviço de apoio inovador, visando a melhoria da qualidade de vida, saúde, segurança e autoestima dos/as utilizadores/as.



É celebrado o presente protocolo que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª

(Deveres das Partes)

Da ANCS:

1. Garantir a articulação e coordenação entre os outorgantes;
2. Disponibilizar apoio técnico e assegurar o serviço de apoio remoto de emergência a XX [INDICAR NÚMERO DE SERVIÇOS PRETENDIDOS] idosos envolvidos no projeto, em regime de 24x7x365, durante o período de 12 meses.

Do Município:

1. Disponibilizar à ANCS uma verba de X.XXX,XX€ (valor por extenso) [INSERIR VALOR TOTAL A PAGAR, CONSIDERANDO QUE CUSTO ANUAL DE CADA UTENTE É DE 187,45€ (152,40€+iva)];
2. Decidir os critérios de atribuição do serviço, selecionar os beneficiários e assegurar toda a gestão da relação com eles;
3. Procurar envolver as entidades que prestam o apoio local para a prestação de serviços de apoio e de saúde aos idosos do Município;
4. Assegurar, direta ou indiretamente, a prestação dos serviços base de apoio aos idosos;
5. Disponibilizar à ANCS toda a informação relevante para a monitorização e avaliação do sucesso do projeto;
6. Participar ativamente na monitorização e avaliação do projeto.

Cláusula 2ª

(Duração do protocolo)

1. O presente protocolo vigora pelo período de 12 meses, com início a 01 de Junho de 2021 e término a 30 de Maio de 2022.
2. No decorrer deste período, o Município poderá aumentar o número de serviços para além dos referidos na Cláusula 1ª.:
 - a. Por cada serviço adicional, o Município deverá considerar um custo anual de 187,45€ (152,40€ + 23% iva).
 - b. Se para esse novo serviço forem necessários novos equipamentos, o Município deverá considerar os seguintes custos unitários:
 - KIT (Telemóvel, Relógio, Home Station): 184,50€ (150,00€ + 23% iva).
 - Telemóvel: 104,55€ (85,00€ + 23% iva).
 - Relógio: 49,20€ (40,00€ + 23% iva).
 - Home Station: 92,25€ (75,00€ + 23% iva).

O presente protocolo foi celebrado, e vai ser assinado e carimbado em dois exemplares, ficando um para cada uma das partes.

Cuba, ____ de Maio de 2021

Pel' ANCS, (Fernanda Carneiro, Presidente), (Bruno Reis, Tesoureiro)

Pelo Município, (João Manuel Casaca Português, Presidente)

8. SÓNIA CRISTINA DE NOBRE BRITO, UNIPESSOAL, LDA. PEDIDO DE REDUÇÃO DA RENDA DO BAR DA PISCINA DESCOBERTA. -----

Foi presente à Câmara a Informação .º 30/2021, do SAJAI, cujo conteúdo se transcreve:

“ semelhança do ano transato, vem a D. Sónia Brito, na qualidade de gerente da Sónia Cristina de Nobre Brito, Unipessoal, Lda, exploradora do Bar das Piscinas descobertas de Cuba, apresentar o pedido que se transcreve: -----

“Venho por este meio solicitar a vossa ex, na qualidade de entidade exploradora do bar das piscinas descobertas de Cuba, a redução do valor da renda mensal pois à imagem do ano passado também este ano, devido à pandemia do Covid-19, o recinto vai ter a lotação controlada e reduzida. -----

Sem outro assunto de momento agradeço desde já a melhor atenção ao atrás exposto”.

Quid jûris? -----

O contrato de cessão de exploração do bar da piscina municipal descoberta outorgado com a requerente teve início em 25/05/2019 e findará este ano no dia 15/09. -----

De acordo com a cláusula 4.ª desse contrato, a exploradora comprometeu-se a pagar uma quantia mensal de € 400,00, acrescida de IVA à taxa legal de 23%. -----

Estipula a cláusula 5.ª do contrato que as rendas dos meses de maio e junho são pagas até ao dia 15 de junho, a de julho até ao dia 8 desse mês, a de agosto é paga até ao dia 15 desse mês, acrescida do valor da 1.ª quinzena de setembro. -----

Devido às medidas excecionais e temporárias estabelecidas no âmbito da prevenção e combate à Pandemia COVID-19, as piscinas continuam obrigadas a reduzir a sua lotação, assim como os estabelecimentos de bebidas, assim como à implementação de uma série de diligências necessárias a assegurar a segurança dos utentes e trabalhadores. -----

É do conhecimento geral que as medidas implementadas no âmbito do estado de emergência e atualmente no regime da situação de calamidade, provocaram inúmeros constrangimentos, designadamente ao nível de muitas atividades económicas que se viram suspensas, com a consequente perda de rendimentos. -----

É também indiscutível que a retoma dessas atividades ainda não permitirá, a curto prazo, o ressarcimento dos prejuízos sofridos, devido às medidas ainda vigentes que limitam os termos em que as mesmas são exercidas, nomeadamente no que toca ao acesso de clientes aos seus espaços, cuja capacidade foi bastante limitada. -----

Apesar de a piscina descoberta ter aberto no dia 10 de maio, certo é que, atenta a redução da lotação do espaço, a exploradora do bar terá igualmente um lucro mais reduzido. -----

No que se reporta ao pedido de redução do valor mensal da renda deve o mesmo ser apreciado e deliberado pelo órgão executivo. -----

A Câmara, por unanimidade, face aos constrangimentos resultantes da situação pandémica que se vive, em conformidade com a redução da lotação imposta que limita a 1/3 o número de utilizadores da Piscina, deliberou aprovar uma redução de 2/3 do valor da renda inicialmente contratualizado. -----

9. PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A MEO, SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A. E O MUNICÍPIO DE CUBA. PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO NO FINANCIAMENTO DAS INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES A COLOCAR NA RUA SERPA PINTO, EM VIRTUDE DA REQUALIFICAÇÃO QUE ESTÁ A SER LEVADA A CABO NO LOCAL. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO POR PARTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

Foi presente à Câmara a Informação n.º 38/2021 do Chefe da UAJDCS, cujo conteúdo se transcreve: -----

“Foi-nos presente para análise – vide doc. n.º 1 - a minuta do protocolo a celebrar entre a MEO, Serviços de Telecomunicações e Multimédia, S.A. e o Município de Cuba em que o objeto é a cooperação financeira para que o segundo outorgante possa ressarcir o primeiro de parte do investimento que irá efetuar na Rua Serpa Pinto e Largo Colon para alterar a rede de telecomunicações de aérea para subterrânea. -----

Quid Juris? -----

Antes de mais, no que concerne às telecomunicações, importa reter o que dispõe o art.º 24.º n.º 1 al. a) da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua redação atual, onde o legislador estipulou o seguinte: -----

Artigo 24.º Direitos de passagem

1 - Às empresas que oferecem redes de comunicações públicas e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público é garantido: a) O direito de requerer, nos termos da lei geral, a expropriação e a constituição de servidões administrativas indispensáveis à instalação, proteção e conservação dos respetivos sistemas, equipamentos e demais recursos; -----

Neste contexto, é de constatar que após a conclusão e receção provisória dos trabalhos a rede de telecomunicações com todas as infraestruturas que lhe estão inerentes será entregue para ser inserida na esfera jurídica da MEO, ainda que a título de conceção por um período determinado de tempo, figura já antes explicada aos membros do executivo. -----

É pois nesta perspetiva que os nossos serviços técnicos indagaram junto daquela edilidade que apoios poderia conceder à execução da nova rede subterrânea. -----

Analisado o teor da minuta do protocolo proposto não se vislumbram quaisquer reservas sobre a vertente legal das normas que constam do clausulado proposto, tendo como referência o diploma jurídico em cima invocado. -----

A câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1.º aprovar a minuta do protocolo, em anexo, ao abrigo das suas competências próprias previstas na alínea s) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que determina o poder para colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal em parceria com entidades da administração central, *mutatis*

mutandis, também outras entidades de abrangência nacional que com o evoluir da perspectiva económica de gestão das sociedades transitou de uma empresa pública para uma entidade privada que presta serviços de cariz público, aos abrigos de contratos de conceção com regras próprias e delimitados no tempo. -----

2.º- Mandatar o seu Presidente para proceder à outorga do mesmo; -----

3.º - Proceder à sua outorga e remetê-lo para o segundo outorgante, MEO, Serviços de Telecomunicações e Multimédia, S.A.; -----

4.º - Dar conhecimento à equipa de fiscalização da empreitada para que leve o mesmo em consideração na execução física e financeira da mesma. -----

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

Entre:

Município Cuba, com sede na Rua Serpa Pinto nº84, em Cuba, pessoa coletiva de direito público n.º 500 832 935, representada neste ato pelo Dr João Manuel Casaca Português, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, com poderes para outorgar o protocolo no âmbito de competência própria, doravante designado Primeiro Outorgante,

E

MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A, com sede na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 40, em Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 504 615 947 e com o capital social de 10.000.000,00€ (dez milhões de euros), representada neste ato por Luis Filipe dos Santos Alveirinho, na qualidade de Chief Technology Officer, adiante também designada por Segunda Outorgante,

Conjuntamente doravante designadas por “Partes”

Considerando que:

- a) O Município pretende concretizar uma empreitada de Requalificação da Rua Serpa Pinto em Cuba;
- b) É intenção do Município de Cuba que as empresas de comunicações eletrónicas procedam ao enterramento das suas redes, visando a segurança das pessoas, a melhoria da paisagem urbana, a valorização das áreas de interesse histórico e turístico, aumentando, assim, a qualidade de vida das suas populações;
- c) Incumbe ao Município estabelecer as formas de colaboração com entidades públicas e privadas que, no estrito cumprimento dos parâmetros de juridicidade aplicáveis, melhor satisfaçam as necessidades coletivas dos munícipes;

d) É importante explorar uma conciliação de projetos referentes a obras de melhoria da infraestrutura local e as redes de distribuição das empresas prestadoras de serviços públicos essenciais;

e) A melhoria dos serviços de telecomunicações na área territorial do Município de Cuba corresponde a um efetivo interesse dos munícipes;

d) O enterramento das redes de comunicações eletrónicas implica uma oportunidade para a revisão das suas características estruturais, possibilitando o redesenho da rede e utilização de elementos mais avançados.

É celebrado, livremente e de boa-fé, o seguinte protocolo:

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente protocolo define as condições de substituição das infraestruturas aptas da MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. (MEO) para alojamento de redes de comunicações eletrónicas, a realizar no âmbito da Empreitada de Requalificação da Rua Serpa Pinto, a promover pelo Primeiro Outorgante em Cuba e na freguesia de Cuba, implicando a instalação de infraestruturas aptas da MEO no subsolo.

Cláusula 2.ª

Planeamento e construção

a) A realização de obras de construção das infraestruturas aptas para o alojamento de redes de comunicações eletrónicas identificadas na cláusula 1.ª será precedida de autorização do Primeiro Outorgante à Segunda Outorgante.

b) Compete ao Primeiro Outorgante promover a compatibilização da execução das obras da referida empreitada ou das obras realizadas por outras entidades e particulares, para garantir que todos os trabalhos são realizados de forma articulada, comunicando com a devida antecedência à Segunda Outorgante as alterações de calendário que considerar pertinentes.

c) Compete à Segunda Outorgante, no processo referido no número anterior, prestar todos os esclarecimentos técnicos solicitados pelo Primeiro Outorgante, no prazo máximo de 5 dias a contar da data da sua receção.

d) As partes procurarão, no âmbito do processo de apreciação referido no n.º 2, chegar a soluções mutuamente aceitáveis para a concretização dos projetos apresentados.

Cláusula 3.ª

Início e conclusão das obras de construção ou reparação das infraestruturas

1. Uma vez autorizada a realização da obra, a Segunda Outorgante compromete-se a comunicar ao Primeiro Outorgante a identificação do interlocutor para acompanhamento da obra.

2. A Segunda Outorgante obriga-se a não receber provisoriamente e a não dar a correspondente quitação ao respetivo empreiteiro, referente a quaisquer obras ou trabalhos relativamente aos quais o Primeiro Outorgante tenha declarado não se encontrarem corretamente executadas.
3. A Segunda Outorgante obriga-se a proceder à receção definitiva das obras junto do empreiteiro encarregado das mesmas somente depois desse mesmo ato ter sido realizado por parte do Primeiro Outorgante.
4. A Primeira Outorgante disponibilizará ao Segundo Outorgante as telas finais em suporte informático correspondente às infraestruturas instaladas no subsolo.

Cláusula 4.ª

Direitos e deveres

1. Ao Primeiro Outorgante, e a expensas suas, compete:
 - a) A abertura e fecho de valas;
 - b) Colocação de pavimentos;
 - c) Fornecimento de todas as tubagens que interligam as CVM's aos edifícios bem como todas as caixas de visita
 - d) Construção das condutas e caixas de visita.
2. À Segunda Outorgante, a expensas suas, compete:
 - a) Dar apoio ao projeto de requalificação;
 - b) Baldeação da rede aérea para a infraestrutura subterrânea a construir;
 - c) Fornecimento dos tubos de 63mm e 110mm da rede condutas até às CVM's.
 - d) Fornecimento de aros e tampas para as caixas de visita;
 - e) Retirada, sempre que tecnicamente possível e no prazo máximo de 120 dias, de todos os postes e cabos aéreos da propriedade da Segunda Outorgante e existentes na área de intervenção.
3. A rede de comunicações eletrónicas e respetiva infraestrutura apta ao seu alojamento, objeto do presente protocolo, implantada no subsolo, conforme planta anexa, fica propriedade da MEO e é composta por:
 - xxx m de formação a 2 furos de 110mm na Rua Serpa Pinto
 - yy m de tubos de 63mm para os ramais de acesso às CVM's
 - xx Caixas de visita nos arruamentos Rua Serpa Pinto
4. Cabe à Segunda Outorgante a gestão e a manutenção da infraestrutura apta instalada no subsolo, abrangendo as condutas construídas.

Cláusula 5.ª

Incumprimento e resolução

1. O incumprimento do presente protocolo por uma das partes confere à outra parte o direito de resolver o presente protocolo, a qualquer momento, nos termos previstos no nº 2 desta Cláusula.

2. A faculdade prevista no número anterior apenas pode ser exercida se, verificado e notificado o incumprimento, o mesmo não for sanado, integral e satisfatoriamente, no prazo máximo de 30 dias, a contar da data da receção da notificação.

Cláusula 6.ª

Dever geral de cooperação e permuta de informação

1. As partes:
 - a) Obrigam-se a interagir, no sentido de serem tomadas todas as medidas adequadas e necessárias à execução e cumprimento do objeto do Protocolo;
 - b) Comprometem-se a trocar todas as informações e estudos que possam ser considerados relevantes para a melhor concretização e execução das obras;
 - c) Estabelecerão entre si contactos periódicos para acompanhamento do desenvolvimento das obras e de atualização da informação relevante para o mesmo.
2. De forma a agilizar a troca de informações, em particular em assuntos de natureza institucional, as partes estabelecerão pontos de contacto direto entre os serviços e departamentos competentes de cada uma.

Cláusula 7.ª

Vinculação, entrada e vigor e vigência

1. O Protocolo é celebrado de boa-fé, obrigando as partes a promover as diligências que se revelarem adequadas ao seu pontual cumprimento.
2. O protocolo entrará em vigor na data da sua assinatura e vigorará durante o tempo contratualmente previsto para a execução das obras e integral cumprimento de todas as obrigações dele emergentes.
3. O previsto nos n.ºs 3 e 4 da Cláusula 4.ª mantém-se em vigor até à desinstalação da infraestrutura apta ao alojamento da rede de comunicações eletrónicas ou sua substituição.

Cláusula 8.ª

Comunicações entre os Outorgantes

1. Qualquer notificação ou comunicação entre as partes nos termos do presente Protocolo deve revestir a forma escrita e ser enviada por correio registado com aviso de receção ou correio eletrónico com aviso de leitura, para as moradas ou endereços eletrónicos indicados no n.º 3.
2. Qualquer notificação efetuada nos termos da presente cláusula ter-se-á por realizada, no caso de carta registada com aviso de receção, na data da assinatura do aviso de receção, e por correio eletrónico, na data da sua receção no destinatário, se ocorrer até às 17:30, ou no primeiro dia útil seguinte, caso venha a ser rececionada após essa hora.

3. Para efeitos das comunicações entre as partes no âmbito do presente protocolo, os contactos de cada um dos Outorgantes são os seguintes:

a) Primeiro Outorgante

A/C Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Cuba

Morada: Rua Serpa Pinto nº 84, 7940-172 Cuba

Correio eletrónico: geral@cm-cuba.pt

b) Segunda Outorgante

A/C Exmo. Sr. Eng. Luis Filipe dos Santos Alveirinho

Morada: Av. Fontes Pereira de Melo, 38/40 1069 – 300 Lisboa

Correio eletrónico: luis-f-alveirinho@telecom.pt

Cláusula 9.ª

Disposições Finais

1 – Caso alguma das cláusulas venha a ser julgada nula ou por qualquer forma inválida, por uma entidade competente para o efeito, tal nulidade ou invalidade não afetará a validade das restantes cláusulas do Protocolo, comprometendo-se as partes a acordar, de boa-fé, uma disposição que substitua a cláusula inválida e que, tanto quanto possível, produza os mesmos efeitos.

2 – O Primeiro Outorgante reconhece que a informação a disponibilizar pela Segunda Outorgante ao abrigo do presente Protocolo, bem como a sua própria existência, é confidencial e extremamente sensível, configurando mesmo segredo de negócio, pelo que fica expressamente proibido de a disponibilizar ou divulgar, salvo nas condições especificamente previstas nesta cláusula, sob qualquer forma ou suporte, a quaisquer terceiros.

3 – O Primeiro Outorgante obriga-se a limitar o acesso à informação disponibilizada pela Segunda Outorgante apenas aos Trabalhadores da Câmara Municipal de Cuba, quando tal acesso se justifique exclusivamente por razões de serviço, garantindo, sempre que possível, que essa disponibilização será sempre limitada ao estritamente necessário e não à totalidade da informação disponibilizada pela Segunda Outorgante ao abrigo do presente Protocolo.

4 - O acesso à informação referido no número anterior desta Cláusula ainda fica condicionado à prévia celebração, pelo Primeiro Outorgante com cada Trabalhador da Câmara Municipal de Cuba referido no número anterior, de um acordo de confidencialidade, cuja obrigação o Município se obriga a comprovar perante a Segunda Outorgante, sempre que tal lhe venha a ser solicitado por esta, mediante o envio das cópias desses acordos.

5 - O Primeiro Outorgante ainda aceita que a qualquer outra informação ou esclarecimento técnico que venham a ser prestados pela Segunda Outorgante e alusivos ao seu cadastro, quer sejam transmitidos oralmente ou sob a forma escrita, estão abrangidos pela obrigação de confidencialidade prevista neste Protocolo.

6 - A obrigação de confidencialidade prevista neste Protocolo perdurará para além da sua vigência ou da sua cessação, seja por que motivo for.

7 - Em todo o omissso, o presente Protocolo rege-se pelo disposto na legislação portuguesa aplicável.

Este protocolo foi celebrado em dois exemplares iguais, ficando cada uma das partes na posse de um exemplar.

Paços do Município de Cuba, 27 de maio de 2021

Pelo Município de Cuba

(Dr. João Manuel Casaca Português)

Pela MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A

(Eng. Luis Filipe dos Santos Alveirinho)

10. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - APOIO PARA REFEIÇÕES ESCOLARES E TRANSPORTE. PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO. ANO LETIVO 2020/2021. CANDIDATURAS EXTEMPORÂNEAS. -----

Foram apresentados 2 pedidos, extemporâneos, para os apoios em epígrafe. De acordo com o n.º 4 do artigo 3º do Regulamento de ASE, os requerimentos foram rececionados atendendo ao motivo apresentado (transferência da escola EB de Grândola). -----

São alunos, que pertencem a um agregado familiar integrado no 1.º escalão de rendimentos, determinados para efeitos de atribuição do abono de família, que cumprem os requisitos para a comparticipação da Câmara, conforme quadro em anexo. -----

Mais se informa que o encargo financeiro com as refeições tem um valor estimado de 147,84€, até ao final do ano letivo 2020/2021. -----

Mais se informa que por estarem a residir atualmente no Monte do Ruivo, estes alunos necessitam que lhe seja assegurado o transporte do Monte para a escola sede do Agrupamento e vice versa, por viatura e motorista da autarquia. -----

Para cumprimento do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação

atual, deve ser averiguada a disponibilidade financeira para a comparticipação que cabe ao município, mediante a emissão da informação de cabimento e do compromisso sequencial devidos. -----

Toda a documentação para instrução da candidatura encontra-se arquivada na respetiva pasta no Serviço de Educação. -----

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea hh) do n.º 1, do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, em matéria de Ação Social Escolar – Pré-escolar e 1.º ciclo, no que respeita a alimentação e transporte a estudantes, para ano letivo 2020/2021, deliberou aprovar as candidaturas apesar de extemporâneas. -----

11. PARQUE EMPRESARIAL QUINTA DA GRACIOSA, EM CUBA. PONTO DA SITUAÇÃO, À DATA DE 10/05/2021, DE CADA UM DOS PROMOTORES CUJOS PROJETOS DE CONSTRUÇÃO E/OU DE LICENCIAMENTO CONTINUAM EM CURSO. PARTE II. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 37/2021, do Chefe da UAJDCS, retratando, literalmente, através de levantamento fotográfico, estado atual da totalidade dos lotes do Parque Empresarial. -----

Em complemento à Informação prestada na RC de 12 de maio sobre este mesmo assunto, onde foram apresentadas as situações em que havia incumprimento por parte dos promotores, reporta-se agora a situação factual e jurídica de cada um dos 29 lotes, por forma a esvaziar qualquer dúvida que tenha ficado em resultado de conduta por ação ou omissão na informação anterior -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

- 1.º - Tomar conhecimento que as deliberações tomadas na RC de 12 de maio foram notificadas aos destinatários mediante carta registada com aviso de receção; -----
- 2.º - Tomar conhecimento do estado atual de cada um dos 29 lotes que compõem a 1.ª fase do Parque Empresarial Quinta da Graciosa. -----

12. CLAUDINO ANTÓNIO BALTAZAR BAIÃO. PROCESSO N.º 12/2021. CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR. RUA DA FÉ, LOTE 7, EM FARO DO ALENTEJO. -----

Vem o requerente submeter a apreciação, o projeto de arquitetura para a construção de uma moradia em zona urbana consolidada, na freguesia de Faro do Alentejo. -----

Da apreciação prévia do projeto agora apresentado, verifica-se que é preconizada a demolição do armazém existente, de modo a permitir o desenvolvimento do programa habitacional de tipologia T4 com um só piso, de acordo com os preceitos urbanísticos da operação de loteamento que lhe serviu de base. -----

A habitação de tipologia t4, possuirá acesso pela Rua da Fé, com três quartos e um escritório, cozinha, sala, alpendre e uma área de arrumos em sótão. -----

Da nova edificação, resultam áreas de implantação e de construção de 191.65m², numa área de intervenção total de 322.14 m² e respeitando os parâmetros definidos pela operação de loteamento em que se insere. -----

No que respeita ao cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto em matéria de acessibilidade, aceita-se a intervenção proposta que dá resposta à generalidade das normas técnicas regulamentares; -----

Julgamos ainda haver cumprimento do disposto no artigo 59.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas; -----

Assim, de acordo com o exposto e para efeitos do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), regulado atualmente pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, propõe-se o deferimento do projeto. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação do Serviço de Urbanismo, deliberou aprovar o projeto de arquitetura e notificar a requerente para, de acordo com o disposto no n.º 4, do art.º 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na redação atual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro, apresentar no prazo de 6 meses, a contar da data de notificação da Câmara Municipal, os projetos das especialidades constantes da informação. -----

13. ANTÓNIO CARRACHA MANHITA. PROCESSO 23/2020. PEDIDO DE LICENCIAMENTO/CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR. RUA SERPA PINTO, 54 CUBA. -----

Vem o requerente solicitar a aprovação do licenciamento da obra construção de uma habitação em zona urbana antiga, na vila de Cuba de acordo com o Plano de Urbanização (PUC). -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, ao abrigo do n.º 4, do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi

conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, deliberou aprovar o licenciamento fixando em 12 meses o prazo para execução dos trabalhos conforme calendarização apresentada. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 11,00 horas. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico, redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,

O Coordenador Técnico,

The block contains two handwritten signatures. The top signature is in blue ink and appears to be a stylized 'J' or 'R'. The bottom signature is in black ink and is more complex, with a large loop and a horizontal stroke.